



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Parecer

- COM (2009) 073 FIN -

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre a
ESTRATÉGIA POLÍTICA ANUAL PARA 2010

Nota introdutória:

Nos termos dos nº 1 e 2 do artigo 6º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, sobre o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, compete à Comissão de Assuntos Europeus apreciar a Estratégia Política Anual da Comissão Europeia.

O acompanhamento, apreciação e pronúncia do documento em causa é objecto de debate em sessão plenária, nos termos do disposto no art. 4º, nº1, al. a) da referida Lei, segundo o qual: *“debate em sessão plenária, com a participação do Governo, após a conclusão do último Conselho Europeu de cada Presidência da União Europeia, podendo também o debate do primeiro semestre incluir a apreciação da Estratégia Política Anual da Comissão Europeia e do segundo semestre a apreciação do seu programa legislativo e de trabalho”*. Esta sessão plenária encontra-se já marcada para o próximo dia 25 de Junho.

A Comissão de Assuntos Europeus nomeou como relatora do documento sobre a Estratégia Política Anual para 2010 a Srª Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

I - Considerandos

O documento em análise propõe-se definir a agenda política da Comissão Europeia para o Ano de 2010 e lançar um diálogo inter-institucional sobre as suas prioridades. Deve referir-se que, apesar da actual Comissão assegurar a programação e planeamento estratégicos, em 2010 haverá uma Comissão com uma nova composição que deverá reapreciar as prioridades políticas e transformá-las num programa operacional.

A estratégia política anual para 2010 foi concebida tendo no horizonte duas questões essenciais. Por um lado, espera-se que em 2010 o Tratado de Lisboa entre em vigor, neste quadro a Comissão deverá apresentar um conjunto de propostas que confirmam eficácia às disposições do Tratado, dada a profunda alteração institucional na UE.

Por outro lado, o cenário do impacto da crise deverá fazer-se sentir com grande intensidade nos próximos meses de 2009 e em 2010. Afirma-se a prioridade absoluta à execução do Plano de Relançamento da Economia Europeia, bem como a necessidade de prosseguir as reformas estruturais no âmbito da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego.

A revisão do orçamento em 2009 abrirá, de acordo com a Comissão, um importante debate entre a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho sobre o futuro das finanças da UE, consideradas um instrumento fundamental para a prossecução das suas prioridades políticas.

Parte I: Prioridades Políticas para 2010

A) Relançamento económico e Social

Uma das principais tarefas da Comissão consistirá “em assegurar um seguimento efectivo do Plano de Relançamento da Economia Europeia e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

supervisionar o seu impacto tanto a nível dos Estados-membros como da Comunidade”. A Comissão propõe-se assegurar e certificar-se que os Estados-Membros respeitam os seus compromissos para prosseguir e coordenar os esforços nacionais no âmbito da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego e o Pacto de Estabilidade. Impõe-se a necessidade de definir o modo de reforço da Estratégia de Lisboa depois de 2010.

O combate ao desemprego e a promoção da coesão social é outro desígnio da Comissão, propondo-se para tal melhorar a qualidade do emprego e apoiar as pessoas que perderam o seu posto de trabalho, designadamente através de um recurso mais sistemático ao Fundo Social Europeu e ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Programas de coesão e de desenvolvimento rural para 2007-2013 serão reforçados tendo em vista aumentar os investimentos na eficiência energética, nas tecnologias relativas às energias renováveis e com baixo teor de carbono, nos projectos de infra-estruturas e nas medidas de combate às alterações climáticas.

Para a Comissão, a crise evidencia as fragilidades do sistema de regulação e supervisão dos mercados financeiros o que implica a apresentação de propostas de reforma da legislação dos serviços financeiros com base nos trabalhos do grupo De Larosière e em paralelo com a acção internacional em curso, designadamente no âmbito do G20.

Considerando o Mercado Único aberto e eficaz como um dos instrumentos mais valiosos de que dispõe a UE para apoiar o crescimento, a Comissão prosseguirá as reformas lançadas no âmbito da Análise do Mercado único para melhorar as oportunidades comerciais e estimular a confiança dos consumidores.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Para ajudar as empresas a permanecer em actividade em tempo de crise a Comissão propõe a plena aplicação da “Lei das Pequenas Empresas” e a melhoria do acesso das PME’S aos mercados dos países terceiros. Ainda, a salientar a importância da Directiva de Serviços e a Directiva relativa aos serviços postais, como instrumentos de consolidação deste objectivo.

Na perspectiva da Comissão, outra forma de contribuir para o relançamento económico na UE será reforçar a luta contra os cartéis e o cumprimento das regras da concorrência nos sectores de rede - energia, TIC, transportes, serviços postais e serviços financeiros. Os mercados das telecomunicações, da electricidade e do gás tornar-se-ão mais competitivos, na opinião da Comissão, com a aplicação da legislação sobre os sectores de rede que deverá ser aprovada em 2009. Em 2010 definir-se-á a abordagem política integrada para a economia dos serviços digitais e reformulação do actual quadro político das TIC(i 2010).

Outra preocupação manifestada é o combate à pirataria e à contrafacção sendo assumidos esforços para a criação de um sistema comunitário de patentes e um sistema de resolução de litígios.

O Espaço Europeu da Investigação (EEI) é considerado como pedra angular para que a investigação seja um êxito comercial, devendo o 7º Programa-Quadro de Investigação continuar. Ainda na área da inovação e conhecimento, a Comissão compromete-se a apoiar o desenvolvimento do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia e lançar as primeiras comunidades do conhecimento e da inovação.

B) Alterações Climáticas e uma Europa Sustentável:

Neste domínio a Comissão elege três questões relevantes. A preocupação com as emissões de gases com efeito de estufa, o desenvolvimento das energias



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

renováveis e a melhoria da eficiência energética é a base para a ambição da Comissão de alcançar um novo acordo internacional em matéria de alterações climáticas que será transposto e aplicado na UE. Os serviços operacionais da Vigilância Global do Ambiente e da Segurança serão desenvolvidos para manter sob controlo os efeitos das alterações climáticas.

O Conselho Europeu da Primavera de 2010 deverá adoptar um plano de acção no domínio da energia para 2010-2014 e a eficiência energética continuará a ser um tema importante designadamente com a actualização do Plano de Acção da Eficiência Energética.

A preocupação com a biodiversidade é outra das questões tratadas no documento em apreço. A Comissão promete continuar a proteger a biodiversidade executando a legislação existente nesta matéria, concluindo a rede Natura 2000 e finalizando o Plano de Acção sobre Biodiversidade de 2006. Este será, também, o ano em que o “exame de saúde” da Política Agrícola Comum será aplicado em pleno.

Os projectos a longo prazo no domínio da vigilância marítima, do ordenamento do espaço marítimo e da rede europeia de observação e de dados marítimos são instrumentos com a finalidade de executar e promover uma política marítima integrada. Por seu lado, a Política Comum das Pescas será objecto de uma proposta de reforma por parte da Comissão.

Finalmente, serão disponibilizados apoios para a execução da estratégia e do Plano de Acção para o Mar Báltico, abrangendo os domínios da energia, do ambiente, transportes, TIC, investigação, inovação e cooperação reforçada com os países terceiros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

C) Prioridade aos Cidadãos:

A luta contra as ameaças terroristas e a criminalidade organizada é o compromisso da Comissão para melhorar a segurança dos cidadãos, pelo que em 2010 implementar-se-á o Programa de Estocolmo no domínio da liberdade, da segurança e da justiça. Mas, na área do desenvolvimento do espaço europeu de justiça merecem destaque o portal *e-Justice*, a melhoria do reconhecimento mútuo em matéria penal e civil e a concessão de novos direitos processuais.

A protecção dos direitos fundamentais, designadamente no que respeita aos grupos mais vulneráveis, o Pacto Europeu sobre a Imigração e Asilo enquadrando as políticas de imigração e asilo para os próximos anos, o novo mecanismo de avaliação de Schengen e o estabelecimento do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (Eurosur) são áreas assumidas também pela Comissão.

De acordo com o documento em análise, *as políticas de emprego, educação e formação estarão no fulcro dos esforços destinados a enfrentar as consequências da crise. No seguimento da Agenda Social renovada, a próxima Comissão continuará a trabalhar nos domínios do emprego, dos assuntos sociais, da igualdade de género e da juventude no sentido de ajudar a enfrentar os desafios mais importantes, tais como a globalização, o desenvolvimento tecnológico e a evolução demográfica.*

A Comissão apresentará uma estratégia destinada a dar seguimento ao Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres, que ficará concluído em 2010, e prosseguirá os seus trabalhos para garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2010 será o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social o que deverá contribuir para reforçar o compromisso político da União de erradicar a pobreza e combater a exclusão social. A Comissão, em conjunto com os Estados-Membros, as partes interessadas e outras instituições da UE organizará o Ano Europeu do Voluntariado em 2011.

Anunciam-se novas iniciativas para melhorar a saúde pública e garantir a segurança dos consumidores. Isto implicará a execução da Estratégia da UE em matéria de saúde e do Segundo Programa de Acção Comunitária no domínio da Saúde, a conclusão dos processos de co-decisão relativos aos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços e à doação e transplante de órgãos, bem como a actualização dos trabalhos sobre a gripe pandémica e as ameaças para a saúde pública. A aprovação do pacote «Medicamentos» de 2008 ajudará a garantir a segurança dos medicamentos fornecidos aos pacientes.

A segurança dos consumidores merece também destaque, desde logo através da aprovação da Directiva sobre segurança dos brinquedos, a vigilância dos mercados e as consequências para os consumidores, a reflexão sobre a melhor forma de aplicar o acervo em matéria de defesa dos consumidores e o seguimento do Livro Verde que trata dos meios de recurso colectivo dos consumidores de 2008.

D) A Europa como Parceiro Mundial

O ano de 2010 marcará uma nova fase na política externa da UE se o Tratado de Lisboa entrar em vigor. Um dos primeiros e mais visíveis resultados dessa alteração institucional será a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

As negociações de adesão com Croácia e a Turquia continuarão. O processo de estabilização e de associação dos Balcãs Ocidentais e a elaboração de medidas para apoiar o desenvolvimento político e socioeconómico do Kosovo são acções que a Comissão desenvolverá. A UE continuará a apoiar o processo de reunificação de Chipre.

No âmbito da Política Europeia de Vizinhança (PEV), *será dada uma ênfase especial ao fortalecimento das relações bilaterais, em particular com Israel, a Moldávia, Marrocos e Ucrânia. A PEV irá ser reforçada através da Parceria Oriental, do lançamento dos primeiros projectos emblemáticos no âmbito da União para o Mediterrâneo e da melhoria da cooperação no âmbito da Sinergia do Mar Negro. As negociações para um novo acordo com a Rússia prosseguirão em 2010. A implementação da Estratégia para a Ásia Central será intensificada.*

A Comissão quer cooperar com a nova Administração dos EUA no sentido de desenvolver a parceria transatlântica.

Sem esquecer os países da ASEAN, China e Índia, a Comissão assume o compromisso de continuar a cooperação. Para a Comissão a cimeira UE-América Latina, prevista para Maio de 2010, aprofundará a parceria estratégica da UE com a América Latina. O diálogo com Cuba prosseguirá e a cooperação será reforçada em 2010.

De acordo com o documento em análise, *a contribuição da UE para a estabilidade e a segurança internacional continuará a ser necessária, em especial no Kosovo, no Médio Oriente, no Afeganistão e na Geórgia. A UE precisa de ter uma intervenção mais activa no processo de paz do Médio Oriente, cuja evolução dependerá da situação política interna em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados, do grau de envolvimento da nova administração americana, dos esforços do Quarteto e os desenvolvimentos no terreno.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Comissão procurará reagir pronta e eficazmente às crises humanitárias, em conformidade com o Plano de Acção para a aplicação do Consenso Europeu em matéria de Ajuda Humanitária adoptado em 2008.

O ano de 2010 será o ano da conclusão da segunda revisão do Acordo de Cotonu com os países ACP e da revisão intercalar do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento. A terceira cimeira África-UE examinará a Estratégia Conjunta África-UE, adoptada em Dezembro de 2007, e aprovará um novo plano de acção para 2011-2013.

E) Legislar Melhor e Reforçar a Transparência

Neste domínio, a Comissão considera que uma melhor regulamentação deverá ser um dos principais aspectos da acção da Comissão.

A Comissão deverá prosseguir o seu trabalho de redução do peso das formalidades administrativas para alcançar até 2012 o objectivo de redução aprovado de 25%. Para uma garantia de qualidade da nova legislação a Comissão continuará a aplicar o sistema de avaliação de impacto recentemente reforçado e deseja melhorar o resultado das avaliações.

Os trabalhos no âmbito da Iniciativa europeia em matéria de transparência continuarão, designadamente através dos Registos dos Representantes dos Interesses.

Parte II : Quadro Geral do Recursos Humanos e Financeiros para 2010

A) Recursos Humanos

Esta parte destina-se a uma análise sobre os recursos humanos da Comissão tendo em conta o compromisso assumido pela Comissão, em 2007, de satisfazer



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

todas as necessidades de recursos humanos até 2013 (preenchidos os lugares reservados à Bulgária e à Roménia após a sua adesão).

Tendo em vista o respeito das prioridades políticas para 2010, a Comissão deu instruções aos seus serviços para que identifiquem os ganhos em termos de eficiência, em especial nas funções de apoio e coordenação. Segundo o documento em análise, este esforço deverá conduzir à reafecção de cerca de 600 postos, a maioria em DG específicas, para reforçar as actividades operacionais, designadamente a elaboração das políticas e da legislação e o controlo e a aplicação das políticas comunitárias.

B) Alterações na afectação dos recursos Financeiros

A Estratégia Política Anual propõe alterações na programação financeira para as diferentes rubricas do Quadro Financeiro Plurianual 2007-2013:

- Competitividade para o crescimento e o emprego

Esta é a rubrica que maior aumento regista para 2010, de acordo com a proposta da Comissão, estando previsto um aumento de 9% das dotações afectas em relação ao orçamento de 2009, o que implica aumentos nas dotações financeiras a favor das iniciativas que contribuem para o Plano de Relançamento da Economia Europeia da rubrica 1 A e para a Estratégia de Lisboa, como por exemplo:

- 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CE e Euratom): + 803 milhões de euros
- Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida : + 39 milhões de euros
- Programa «Competitividade e Inovação» (PCI): + 25 milhões de euros
- Redes Transeuropeias (RTE): + 128 milhões de euros
- Galileo: + 66 milhões de euros



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (IET): + 24 milhões de euros para o primeiro ano de funcionamento

Também o Programa Energético Europeu para o Relançamento, com duração de dois anos e um investimento de 3500 milhões de euros, será um novo instrumento financeiro ao destinado ao desenvolvimento de projectos no sector da energia na Comunidade.

- Coesão para o crescimento e o emprego

No que diz respeito ao crescimento e ao emprego os recursos financeiros irão aumentar 2% em relação a 2009, o que significa mais 980 milhões de euros.

- Preservação e gestão de recursos naturais

O «exame de saúde» da Política Agrícola Comum implicará uma transferência de 479 milhões de euros da ajuda directa para o desenvolvimento rural. A este montante acresce a transferência relacionada com a modulação voluntária respeitante a Portugal e a reforma do sector vitivinícola. Em 2010, as dotações para o desenvolvimento rural aumentarão 4,3 % relativamente a 2009.

Os recursos afectos ao LIFE+ aumentarão 6,9% em 2010, conforme previsto na programação financeira.

- Liberdade, segurança e justiça

No que concerne à liberdade, segurança e justiça a Comissão prevê um aumento global de 14% atribuindo prioridade a esta rubrica.

A Agência FRONTEX manterá o mesmo nível de financiamento de 2009 (78 milhões de euros) ou seja, mais 8 milhões de euros do que tinha sido



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

originalmente previsto na programação financeira. Tendo em conta a falta de instrumentos jurídicos, propõe-se uma diminuição de 30 milhões de euros.

- Cidadania

Esta rubrica apresenta um aumento de 0,6% em relação a 2009 continuando, de acordo com a Comissão, a permitir o financiamento de acções para os cidadãos europeus, nomeadamente em termos de saúde pública, defesa dos consumidores, protecção civil, programas culturais e comunicação.

- A UE enquanto parceiro mundial

A Comissão designa como uma das suas principais prioridades o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, em Dezembro de 2009, em Copenhaga.

A Comissão tenciona afectar, no período 2010-2013, 600 milhões de euros para a execução gradual da Parceria Oriental.

As necessidades referentes ao processo de paz no Médio Oriente, a Cuba, à Geórgia e ao Kosovo, bem como ao processo de reunificação de Chipre, dependerão da evolução da situação nos próximos meses, mas a Comissão tenciona especificar os seus pedidos durante o processo orçamental, não adiantando verbas nesta fase.

II. Opinião da Relatora

Nos termos do artigo 137º, nº3 do Regimento da Assembleia da República a relatora exime-se de expressar, nesta sede, a sua opinião.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

III - Conclusões

- A Estratégia Política Anual para 2010 é um documento síntese que reflecte as acções prioritárias da Comissão, bem como os recursos humanos e financeiros para as satisfazer;
- O documento parte da premissa da entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2010, conseqüente alteração institucional da UE e necessidade de apresentação de propostas que lhe confirmem eficácia;
- O documento é apresentado, ainda, tendo em conta o cenário de crise na UE e no Mundo, devendo ser dada prioridade absoluta ao Plano de Relançamento da Economia Europeia e prosseguir as reformas estruturais no âmbito da Estratégia de Lisboa;
- Neste contexto a Comissão define como acções prioritárias o relançamento económico e social, as alterações climáticas e uma Europa sustentável, a prioridade aos cidadãos, a Europa como parceiro mundial e o programa Legislar Melhor.
- No domínio dos recursos humanos prevê-se que até 2013 se satisfaçam todas as necessidades.
- Quanto aos recursos financeiros reforçam-se as verbas para as rubricas da competitividade para o crescimento e o emprego, a coesão para o crescimento e o emprego, a preservação e gestão dos recursos naturais, a liberdade, segurança e justiça, a cidadania e a UE enquanto parceiro mundial.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

IV - Parecer

A Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que o relatório sobre a estratégia Política Anual para 2009 se encontra em condições legais e regimentais para subir a Plenário da Assembleia da República na sessão marcada para 25 de Junho, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições para essa sede.

Palácio de S. Bento 16 de Junho de 2009

A Deputada Relatora

O Presidente da Comissão

Ana Catarina Mendonça Mendes

Vitalino Canas